

QUEM DEU NOME AOS POVOS INDÍGENAS?

Etnônimos, autodenominação, colonização e classificação dos povos indígenas no Brasil

Resumo

A história dos povos indígenas no Brasil também é uma história de nomes. Durante o processo colonial e posteriormente por meio da antropologia, da administração pública e dos órgãos indigenistas, diferentes povos foram identificados, classificados e registrados por denominações que nem sempre correspondiam às suas próprias formas de autodenominação.

Este artigo investiga a relação entre colonização, etnônimos, autodenominação, classificação antropológica e institucionalização estatal, analisando exemplos documentados de povos indígenas brasileiros.

A pesquisa demonstra que não é historicamente correto afirmar que a FUNAI "criou as etnias". Entretanto, existem documentos oficiais que demonstram que denominações externas foram utilizadas, padronizadas e institucionalizadas por agentes indigenistas, pesquisadores e órgãos do Estado.

A própria FUNAI reconhece esse processo em seu Manual de Redação Oficial ao afirmar que diversas denominações foram estabelecidas por indigenistas, sertanistas, antropólogos e linguistas sem considerar, em muitos casos, a forma como os próprios povos se autodenominavam.

1. O problema dos nomes

Quando falamos em povos indígenas, frequentemente utilizamos nomes que parecem naturais e antigos.

Mas é preciso fazer uma pergunta:

Esse é realmente o nome que aquele povo dá a si mesmo?

Em antropologia, o termo etnônimo designa o nome utilizado para identificar um povo ou grupo étnico.

Esse nome pode ter diferentes origens:

- uma autodenominação;
- uma denominação dada por outro povo;
- uma denominação atribuída por colonizadores;
- um nome utilizado por missionários;
- uma classificação feita por pesquisadores;
- uma denominação incorporada pela administração estatal;

- ou uma combinação desses processos.

Portanto, nome oficial e autodenominação não são necessariamente a mesma coisa.

2. A classificação colonial

Um dos exemplos mais antigos está na própria classificação utilizada pelos colonizadores.

O IBGE explica que os colonizadores classificaram os povos indígenas em categorias como Tupi e Tapuia.

"Tupi" foi utilizado para grupos que apresentavam determinadas características linguísticas e culturais, principalmente no litoral.

Já "Tapuia" era utilizado para designar genericamente outros povos.

O próprio IBGE afirma que não existiu um único povo cultural ou linguisticamente denominado Tapuia. Tratava-se de uma categoria criada para classificar povos diferentes daqueles enquadrados como Tupi.

Isso demonstra que uma categoria utilizada historicamente nos documentos coloniais pode esconder uma diversidade muito maior de povos.

Fonte: IBGE — Nomes e classificação dos índios

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/nomes-e-classificacao-dos-indios.html>

3. A linguagem colonial também criou categorias sociais

Os registros históricos não apenas deram nomes aos povos.

Eles também criaram categorias para classificá-los de acordo com a relação que mantinham com o colonizador.

O IBGE registra expressões como:

"gentio"

"pagão"

"inimigos ou contrários"

"índios mansos"

"Índios bravos"

Essas categorias não eram necessariamente categorias utilizadas pelos próprios povos para definir suas identidades.

Eram categorias construídas a partir da perspectiva colonial.

A expressão "índios mansos", por exemplo, estava associada aos indígenas considerados controlados ou submetidos, enquanto "índios bravos" era utilizada para aqueles considerados hostis ou resistentes.

Isso demonstra que nomear também era uma forma de classificar e exercer poder.

Fonte:

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/nomes-e-classificacao-dos-indios.html>

4. O reconhecimento da própria FUNAI

Um dos documentos mais importantes encontrados nesta pesquisa é o Manual de Redação Oficial da FUNAI.

O documento possui uma seção específica intitulada:

"Da grafia dos nomes indígenas"

A própria FUNAI reconhece que as denominações dos povos indígenas constituem uma questão controversa.

Segundo o documento, ao longo dos anos, indigenistas, sertanistas, antropólogos e linguistas estabeleceram denominações para diferentes povos.

A FUNAI reconhece ainda que, em muitos casos, essas denominações foram consagradas sem considerar a forma como os próprios povos se autointitulavam.

O documento apresenta o exemplo dos:

Kayapó → Mëbêngôkre

Segundo o manual, "Kayapó" é uma denominação atribuída por povos vizinhos, enquanto Mëbêngôkre é a autodenominação.

Fonte oficial:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/outras-publicacoes/manual-de-redacao-oficial-da-funai/manual-de-redacao-oficial-da-funai.pdf>

5. O caso Matis: um exemplo ainda mais direto

Entre os casos pesquisados, existe um exemplo particularmente importante.

A publicação Povos Indígenas no Brasil, do Instituto Socioambiental, registra que o termo Matis foi atribuído por não indígenas — especificamente, segundo a fonte, por funcionários da FUNAI — a um grupo que se autodenominava Matses.

A própria fonte faz uma ressalva importante: Matses também é a autodenominação de outro povo, cultural e linguisticamente próximo dos Matis.

Portanto, esse caso mostra como uma denominação administrativa pode surgir durante o processo de contato e posteriormente se consolidar.

Fonte:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AMatis>

6. Xavante e A'uwe

Outro caso documentado é o povo conhecido amplamente como Xavante.

A publicação Povos Indígenas no Brasil registra:

Xavante → A'uwe

A'uwe significa "gente".

A fonte também demonstra que, durante o período colonial e imperial, diferentes grupos A'cuen foram registrados por denominações como xacriabá e acroá.

Além disso, viajantes, bandeirantes e missionários utilizaram a categoria Tapuia para determinados povos do Brasil Central.

Fonte:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AXavante>

7. Karajá e Iny

Outro caso documentado:

Karajá → Iny

Segundo o Instituto Socioambiental, o nome do povo em sua própria língua é Iny, que significa "nós".

A fonte afirma explicitamente:

"O nome Karajá não é a auto-denominação original."

Registros históricos apresentam diferentes grafias anteriores, até que a forma Karajá foi consolidada posteriormente.

Fonte:

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AIny_Karaj%C3%A1

8. Suruí e Paiter

Outro exemplo:

Suruí → Paiter

Os Suruí de Rondônia se autodenominam Paiter.

Segundo a fonte, Paiter significa:

"gente de verdade, nós mesmos."

O nome Suruí foi amplamente utilizado para identificar esse povo na sociedade nacional e nos registros.

Fonte:

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3ASurui_Paiter

9. Uru-Eu-Wau-Wau e Jupaú

Outro exemplo:

Uru-Eu-Wau-Wau → Jupaú

A publicação Povos Indígenas no Brasil registra que os conhecidos como Uru-Eu-Wau-Wau se autodenominam Jupaú.

O caso é especialmente interessante porque a denominação utilizada pela sociedade envolvente acabou se tornando muito mais conhecida do que a autodenominação.

Fonte:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AUru-Eu-Wau-Wau>

10. Ticuna e Magüta

Também encontramos:

Ticuna → Magüta

A publicação Povos Indígenas no Brasil registra Magüta como autodenominação.

A origem de Magüta está relacionada à tradição oral do próprio povo, segundo a qual os primeiros Ticuna foram pescados das águas do igarapé Eware pelo herói cultural Yo'i.

Fonte:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3ATicuna>

11. Apurinã e Popũkare

Outro caso:

Apurinã → Popũkare

A fonte registra que Apurinã, e anteriormente Ipuriná, é uma denominação externa, enquanto popũkare aparece como autodenominação.

A própria fonte alerta que existem diferentes interpretações históricas sobre as formas de autodenominação, demonstrando que nem sempre a relação entre nome externo e nome próprio é simples.

Fonte:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AApurin%C3%A3>

12. Não existe apenas um tipo de "nome imposto"

É importante evitar generalizações.

Os estudos mostram que existem situações diferentes.

1. Nome atribuído por outro povo

Exemplo:

Kayapó → Mëbêngôkre

2. Nome atribuído por agentes externos

Exemplo documentado:

Matis → grupo que se autodenominava Matses

3. Nome colonial que se tornou oficial

Exemplo:

Karajá → Iny

4. Nome que passou a ser utilizado pelo próprio povo

Alguns povos incorporaram o nome externo ao longo do processo histórico e passaram a utilizá-lo também.

Portanto, não se trata de simplesmente substituir todos os nomes conhecidos.

O objetivo é compreender a história de cada etnônimo.

13. O problema das grandes categorias

Outro exemplo importante é a utilização histórica de categorias que agrupavam povos diferentes.

O caso de "Maku" é particularmente significativo.

O termo foi utilizado para designar diferentes povos da região do Alto Rio Negro e áreas próximas.

Entre os povos que aparecem relacionados a essa categoria estão grupos como:

- Nadöb;

- Hupda;
- Yuhupde;
- Dow;
- Nukak;
- e outros.

O problema é que uma categoria externa pode fazer parecer que existe uma única "etnia" onde, na realidade, existem vários povos diferentes.

Esse fenômeno demonstra a importância de distinguir:

categoria antropológica ≠ povo ≠ autodenominação.

14. SPI, FUNAI e a institucionalização

É fundamental separar períodos históricos.

A FUNAI foi criada em 1967.

Antes dela, o principal órgão indigenista estatal era o Serviço de Proteção aos Índios — SPI, criado em 1910.

Isso significa que o processo de classificação dos povos indígenas é muito anterior à FUNAI.

A sequência histórica pode ser compreendida aproximadamente assim:

Colonização portuguesa

↓

Missionários e cronistas

↓

Viajantes e administradores coloniais

↓

Pesquisadores e antropólogos

↓

SPI — 1910

↓

FUNAI — 1967



Constituição Federal — 1988



Fortalecimento da autodeterminação indígena

Essa distinção é fundamental.

Não podemos afirmar que a FUNAI criou as etnias.

Podemos afirmar que órgãos indigenistas participaram historicamente dos processos de identificação, classificação, registro e institucionalização das denominações indígenas.

15. A Constituição de 1988 muda o paradigma

A Constituição Federal de 1988 representa uma mudança fundamental.

O Estado brasileiro passa a reconhecer a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições indígenas.

Também reconhece os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

A Constituição rompe com a antiga lógica tutelar.

A própria FUNAI reconhece atualmente que a Constituição de 1988 encerrou a tutela estatal sobre os povos indígenas.

16. Autodeterminação e pertencimento

Em 2025, a própria FUNAI publicou uma manifestação extremamente importante para esta discussão:

"Reconhecimento étnico deve ser feito pelas comunidades indígenas e não pelo Estado."

A instituição afirma que não cabe ao Estado definir quem é ou não indígena.

Segundo a FUNAI, a exigência de reconhecimento estatal como condição para acesso a direitos representa uma barreira institucional e entra em conflito com o entendimento constitucional posterior a 1988.

Fonte oficial:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/reconhecimento-etnico-deve-ser-feito-pelas-comunidades-indigenas-e-nao-pelo-estado-reforca-funai>

17. O direito ao próprio nome

A discussão sobre etnônimos também se relaciona diretamente ao direito ao nome.

A Resolução Conjunta nº 12/2024, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça e apoiada pela FUNAI, trouxe mudanças importantes para os registros civis indígenas.

A norma permite que indígenas incluam informações como:

- etnia;
- grupo;
- clã;
- família indígena;

e possibilita que essas informações sejam registradas na grafia da língua indígena, quando solicitado.

Também eliminou a exigência do RANI e da presença da FUNAI para comprovar essas informações em determinadas situações.

Fonte:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-resolucao-garante-direito-ao-nome-e-autonomia-dos-povos-indigenas-com-o-fim-da-exigencia-do-rani/>

Outra publicação da FUNAI sobre a implementação da resolução:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-no-atl-funai-e-orgaos-parceiros-orientam-indigenas-sobre-resolucao-que-garante-o-direito-ao-nome>

18. O que podemos concluir?

A pesquisa não permite afirmar que:

"A FUNAI inventou as etnias indígenas."

Essa afirmação seria historicamente incorreta.

O que as fontes permitem afirmar é algo muito mais complexo e documentado:

«Ao longo da história brasileira, povos indígenas foram nomeados, classificados e registrados por diferentes agentes externos — colonizadores, missionários, viajantes, pesquisadores, antropólogos, indigenistas e órgãos estatais — e, em muitos casos, os nomes utilizados nos registros não correspondiam às autodenominações dos próprios povos.»

A própria FUNAI reconhece esse processo em sua documentação oficial.

Portanto, estudar os nomes dos povos indígenas significa estudar também:

quem nomeou;

quem classificou;

quem registrou;

quem oficializou;

quem passou a utilizar;

e, principalmente:

quem tem o direito de dizer quem é.

19. Uma nova perspectiva: descolonizar o nome

A discussão sobre autodenominação não significa simplesmente apagar os nomes históricos.

Os etnônimos também fazem parte da história.

O problema está em acreditar que um nome produzido externamente seja necessariamente a expressão original da identidade daquele povo.

Por isso, uma pesquisa responsável precisa apresentar os dois lados:

nome histórico / externo

versus

autodenominação / nome próprio.

Em alguns casos, o povo mantém o nome externo.

Em outros, reivindica a autodenominação.

Em outros, utiliza os dois.

E existem ainda situações nas quais diferentes comunidades possuem histórias distintas para o mesmo nome.

Essa complexidade precisa ser respeitada.

20. Conclusão

A história indígena brasileira não pode ser estudada apenas a partir dos nomes que os colonizadores escreveram nos documentos.

É necessário também perguntar:

Como esses povos chamavam a si mesmos?

Como eram chamados por seus vizinhos?

Como foram registrados pelos colonizadores?

Como foram classificados pelo SPI?

Como passaram a aparecer nos registros da FUNAI?

E como esses povos se identificam hoje?

A autodenominação não é apenas uma questão linguística.

Ela envolve identidade, memória, território, pertencimento, autonomia e autodeterminação.

Por isso, conhecer a origem dos etnônimos é também compreender uma dimensão da própria história da colonização.

FONTES E ESTUDOS CONSULTADOS

1. FUNAI — Manual de Redação Oficial

Seção sobre grafia dos nomes indígenas, etnônimos, autodenominação e o caso Kayapó/Mëbêngôkre.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/outras-publicacoes/manual-de-redacao-oficial-da-funai/manual-de-redacao-oficial-da-funai.pdf>

2. FUNAI — Reconhecimento étnico deve ser feito pelas comunidades indígenas

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/reconhecimento-etnico-deve-ser-feito-pelas-comunidades-indigenas-e-nao-pelo-estado-reforca-funai>

3. FUNAI — Direito ao nome indígena e fim da exigência do RANI

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-resolucao-garante-direito-ao-nome-e-autonomia-dos-povos-indigenas-com-o-fim-da-exigencia-do-rani/>

4. FUNAI — Orientação sobre a Resolução Conjunta nº 12/2024

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-no-atl-funai-e-orgaos-parceiros-orientam-indigenas-sobre-resolucao-que-garante-o-direito-ao-nome>

5. IBGE — Nomes e classificação dos índios

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/nomes-e-classificacao-dos-indios.html>

6. Povos Indígenas no Brasil — Instituto Socioambiental

Portal de referência para informações etnográficas e históricas dos povos indígenas:

<https://pib.socioambiental.org/>

7. Matis — Povos Indígenas no Brasil

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AMatis>

8. Xavante — Povos Indígenas no Brasil

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AXavante>

9. Karajá/Iny — Povos Indígenas no Brasil

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AIny_Karaj%C3%A1

10. Suruí/Paiter — Povos Indígenas no Brasil

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3ASurui_Paiter

11. Uru-Eu-Wau-Wau/Jupaú — Povos Indígenas no Brasil

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AUru-Eu-Wau-Wau>

12. Ticuna/Magüta — Povos Indígenas no Brasil

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3ATicuna>

13. Apurinã/Popũkare — Povos Indígenas no Brasil

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AApurin%C3%A3>

Observação metodológica

Este estudo não deve ser interpretado como uma tentativa de determinar "o verdadeiro nome" de todos os povos indígenas.

As próprias fontes demonstram que os processos de nomeação são históricos, complexos e, em alguns casos, disputados.

O objetivo é identificar a origem e a trajetória dos etnônimos, diferenciando denominações externas, classificações históricas, nomes administrativos e autodenominações.

Pesquisa elaborada a partir de fontes oficiais e estudos etnográficos disponíveis publicamente.